

Notas para um diagnóstico da sociedade contemporânea

RAFAEL BIANCHI SILVA*

Resumo

O objetivo desse artigo é realizar um breve diagnóstico da sociedade contemporânea. Compreende-se que cada contexto histórico constrói um entendimento acerca das possibilidades de ação dos indivíduos na rede social, o que torna fundamental a compreensão do modo de vida hegemônico ao qual somos submetidos e que mantemos em nossas práticas cotidianas. Para tanto, partimos da análise do momento atual realizada por Zygmunt Bauman, a partir do conceito de sociedade líquido-moderna. Pontua-se como elementos trazidos pelo autor a crise institucional, o imperativo do movimento, o fracasso da concepção moderna de progresso e a fragilidade vincular a partir da condição de instabilidade vivenciada.

Palavras-chave: Contemporaneidade; Diagnóstico do Presente; Subjetividade; Sociedade Líquido-Moderna.

Notes for a diagnosis of contemporary society

Abstract

The objective of this paper is to realize a brief analysis of contemporary society. It is understood that each historical context builds an understanding of the possibilities of action of individuals in the social network, which makes it critical to understanding the hegemonic way of life to which we submitted and maintain in our daily practices. To this end, we start with the analysis for the present moment performed by Zygmunt Bauman, from the concept of liquid-modern society. It is highlighted as evidence brought by the author the institutional crisis, the imperative of the movement, the failure of the modern conception of progress and weak link from the condition of instability experienced.

Key words: Contemporary times; Diagnostic of the Present; Subjectivity; Liquid-Modern Society



* **RAFAEL BIANCHI SILVA** é doutorando em Educação (Unesp/Marília), psicólogo da Secretaria da Assistência Social da Prefeitura de Londrina.

1. A Sociedade Contemporânea em Debate

O objetivo desse texto é construir de forma breve um diagnóstico da sociedade contemporânea de forma a compreender as bases dos modos de vida e conseqüentemente, da subjetividade presente no contexto atual. Parte-se do pressuposto de que cada momento histórico traz consigo elementos que apontam possibilidades para a atuação dos indivíduos dentro da rede social, entendida como “[...] são lugares de fluxo – de poder, de capital, de informação – processo que tem substancialmente deixado de estar sujeito a limitações espaciais ou temporais [...]” (BAUMAN, 2009a, p.59).

Toda cultura deve transmitir um certo repertório de modos de experiência de si, e todo novo membro de uma cultura deve aprender a ser pessoa em alguma das modalidades incluídas nesse repertório. [portanto] em qualquer caso, é como se a educação, além de construir e transmitir uma experiência *objetiva* do mundo exterior, construísse e transmitisse também a experiência que as pessoas têm de si mesmas e dos outros como sujeitos (BUJES, 2002, p.167, grifo do autor).

Como bem afirma Gallo (2010, p.239, grifo nosso), “cada modo de produção, cada sistema de dominação, para se perpetuar, busca ser, **além de modo de produção de bens materiais, modo de produção de subjetividade**”.

Isso nos leva a ideia de modo de subjetivação, ou seja, a forma com que o sujeito tem de existir. Conforme indica Mansano (2009a, p.114), “[...] os modos de subjetivação podem tomar as mais diferentes configurações, sendo que estas cooperam para produzir formas de vida e formas de organização

social distintas e, cabe insistir, mutantes”. Porém, observa-se que cada época e contextos social constrói formas de vida que são disseminados ao longo da rede social de forma a ser possível observar certos traços hegemônicos.

Esta formatação está pautada, ao mesmo tempo, ao que Bauman (2009a) chama de “agenda de opções”, ou seja, o espectro de alternativas que nos oferecem ao longo da vida. Como afirma o autor, “toda eleição implica ‘eleger entre’, e raras vezes quem elege pode decidir o conjunto de opções disponíveis (p.81). Porém, ainda há outro dispositivo de limitações chamados de “código de eleição”. Trata-se “[...] das regras que indicam ao indivíduo porque deve preferir uma opção em detrimento de outras e quando a sua escolha tem sido acertada ou não” (p.81).

Dessa forma, a partir disso, podemos afirmar que cada sociedade constrói um modelo hegemônico de vida, indicando possibilidades e restrições, e por outro lado, necessita pensar em métodos para direcionamento dos sujeitos envolvidos de forma a atingir os fins previamente delimitados. Enquanto o primeiro ponto remete a ideia de sociedade de consumo, o segundo nos leva para a discussão da sociedade de controle (que pelos limites desse trabalho, não serão aqui discutidos em sua especificidade).

O modelo societário ao qual estamos envolvidos e auxiliamos em sua manutenção implica transformações radicais no modo de organização social seja nas chamadas relações de objeto ou entre as relações entre sujeitos. Isso se deve a uma mudança na configuração no próprio sistema capitalista que além de ser um sistema de produção, passa a ser um sistema de vendas e de mercado (DELEUZE, 1995).

Uma característica importante para a compreensão do funcionamento social é o excesso, seja de objetos, tecnologias, informações, mensagens e imagens. O excesso oculta, ainda que momentaneamente, o que um olhar mais crítico e menos anestesiado pela concepção de vida que defende a ideia de abundância. Conforme afirmam Caniato e Nascimento (2010, p.28), “[...] o exagero produz a escassez: é porque poucos têm demais que muitos sofrem com a falta; em outras palavras, é o mesmo processo a produzir o excesso que gera a privação”.

Por essa razão, tem-se a sensação, talvez mais do que nunca, que vivemos um momento de intenso malestar, paradoxal pelo fato de que de que nosso contexto oferta possibilidades de prazeres instantâneos. Ao mesmo tempo, vincula-se a ideia de felicidade a aquisição de objetos e a capacidade de participar de grupos cada vez mais restritos vinculados ao poder de compra, ainda que existam opções cada vez mais acessíveis às diferentes camadas sociais e o respectivo poder aquisitivo.

Nesse sentido, encontramos uma nova variável à questão da privação: não apenas demarca a falta pelo excesso (observada na relação diretamente proporcional da aquisição de bens e sensação de que há sempre algo a mais que deve ser adquirido) como também amplia a distância entre aqueles que detêm um poder aquisitivo capaz de adquirir uma ampla gama de produtos e serviços e aqueles que parecem estar fora de tais possibilidades, condição própria derivada do modo de produção capitalista.

Bauman (2008a) discute que a relação vida e consumo com a seguinte premissa: somos, ao mesmo tempo, promotores das mercadorias que consumimos e a própria mercadoria a

ser promovida. Isso se deve a partir da estrutura de mercado que para manter-se em funcionamento necessita de um duplo dispositivo. Primeiro, é necessário que existam pessoas que comprem os produtos que são ofertados e, mais do que isso, o divulguem enquanto bem a ser alcançado. Segundo, para que tais produtos sejam concebidos, fabricados e distribuídos, é fundamental a existência de uma quantidade de pessoas que “[...] em busca de trabalho precisam ser adequadamente nutridas e saudáveis, acostumadas a um comportamento disciplinado e possuidoras das habilidades exigidas pelas rotinas de trabalho dos empregos que procuram” (p.15).

Para colocar em andamento tal caráter formativo são necessárias instituições que conferem ordem e disciplina e, dispositivos de controle disseminados de maneira difusa na sociedade, gerando mudanças na formação humana e o que entendemos sobre o que é ser sujeito no contexto histórico vigente. A família e a escola são a porta de entrada para esse modelo formativo e, para tanto, passam, em um primeiro momento a discipliná-lo a tal modo de vida. Porém, como consequência de tais procedimentos, encontramos a internalização da norma e o assujeitamento em relação aos códigos de conduta esperados ao indivíduo em formação.

Em síntese, no contexto da sociedade de consumo, o controle passa a ser mais difuso e não centralizado; é interno e não mais exterior e materializado em um agente disciplinar. Formam-se novas redes de controle não mais identificadas a um poder central, o que gera uma mudança da posição esperada ao indivíduo a essa nova condição. “[...] Vemos, assim, a construção de um modo de subjetivação em que o

indivíduo, em larga medida, sai da condição de obediente e dócil para assumir a condição de “participante ativo e responsável” em uma rede ampla e complexa de controle [...]” (MANSANO, 2009b, p.46).

Assim, mais do que um controle exterior, a construção do que se é e do que se pretende ser, passa a ficar sob controle do próprio sujeito que modula a proximidade ou não dos traços esperados. Esse processo, de certa maneira, formata um estilo de vida que precisa – quase imperativamente – ser próximo dos traços esperados pela sociedade em que este ser encontra-se inserido. A manutenção de tais traços deve ser continuamente analisada por cada um dos membros de nossa sociedade, formando uma rede de vigilância contínua, integrada e permanente.

Assim, encontramos, de um lado, a sensação de intensa solidão e de outro, a dificuldade de estar e permanecer em contextos que implicam contato e trocas com diferentes, o que está intimamente ligado à sensação de medo, traço disseminado no contexto societário vigente, que oferece a tais encontros sensações cada vez mais difusas e ambivalentes quanto aos efeitos por eles causados.

Para exemplificar tal mudança no modo de subjetivação presente dentro de nossa lógica societária, Deleuze (1995, p.249-250) aponta para a passagem da empresa moderna enquanto substituta da fábrica, pontuando que na lógica atual institui-se “[...] entre os indivíduos uma rivalidade interminável a um modo sano de competição com uma motivação excelente que contrapõe um indivíduo a outros e atravessa a cada um deles, dividindo-os interiormente [...]”.

Esse atravessamento interior mobiliza o indivíduo a atender às demandas institucionais, desejando-as ao mesmo tempo em que sofre as duras consequências de tal posicionamento. Se o processo de formação para o trabalho foi um dos imperativos da sociedade disciplinar moderna, o estabelecimento de uma sociedade movida não pela produção, mas pelo consumo, necessita de outro tipo de subjetividade. “É necessário ‘produzir’ todo o tempo, e ao alto custo, novos consumidores guiados pelo desejo. Em efeito, na produção de consumidores se consome uma parte intoleravelmente substancial dos custos totais de distribuição, distribuição e comercialização [...]” (BAUMAN, 2008b, p.226).

[...] estamos diante de um sujeito que não é mais necessariamente marcado pela disciplina, mas pelos signos, imagens e imperativos publicitários, por meio dos quais ele se inscreve no universo das mercadorias, acreditando ser possível “comprar” afeto, bem-estar, autoestima, respeitabilidade, enfim, atributos que em outros tempos históricos eram acessíveis por meios distintos, como os laços sociais, por exemplo (MANSANO, 2009b, p.76).

A consequência direta de estar imerso nessa rede de controle e interdependência entre os agentes sociais é a sensação de fluidez. Têm-se a sensação de que se perdeu o ponto de referência ao qual os indivíduos seguiam ao longo de suas vidas previsíveis e racionalmente disciplinadas. Como efeito subjetivo, Deleuze (1995, p.251) aponta que “[...] o homem da disciplina era um produtor descontínuo de energia, porém o homem do controle é ondulatório,

permanece em órbita, suspenso por uma onda contínua”.

Uma das formas de compreender tal processo é através do conceito de “mundo líquido-moderno” desenvolvido por Bauman em diversos momentos de sua obra, mas que neste artigo será analisado a partir de cinco pontos fundamentais discutidos pelo autor no livro “Tempos Líquidos” (2007). É o que veremos a seguir.

2. Sociedade Líquido-Moderna

O primeiro traço característico da sociedade contemporânea na proposta analítica de Bauman é a observação de que as organizações sociais não conseguem manter a condição de “rigidez”, ou seja, se dissolvem e se decompõem de forma rápida, muitas vezes, não havendo tempo suficiente para o próprio estabelecimento dentro de sua nova configuração de mundo. Como uma das consequências disso, encontramos a sensação vivida pelo indivíduo de que seu projeto de vida deve ser tomado dentro de uma dimensão privada, passível de variação e flexibilidade ao longo do tempo.

Como derivação desse traço, encontramos o segundo ponto que consiste na separação entre um poder central e a dimensão política materializada na ausência de um controle político que seja capaz de controlar as incertezas da vida, torna-se por fim, menos relevantes a dinâmica da vida comum.

Terceiro ponto. Em decorrência da perda de referência de um projeto coletivo, os vínculos sociais passam a ser constituídos pela concepção fantasmática de “comunidade”. Os laços humanos que se constituíam como rede de segurança são transformados em razão de medo e incerteza. “A

exposição dos indivíduos aos caprichos dos mercados de mão-de-obra e de mercadorias inspira e promove a divisão e não a unidade” (BAUMAN, 2007, p.9).

Tal divisão é camuflada pela “comunidade”, tomada na sua característica de ser um local pretensamente sem espaço sem conflitos, no qual é possível sentir-se em casa, sem riscos ou perigos. O grande problema é que existe uma diferença entre a comunidade real e aquela desejada.

Há um preço a pagar pelo privilégio de “viver em comunidade” — e ele é pequeno e até invisível só enquanto a comunidade for um sonho. O preço é pago em forma de liberdade, também chamada “autonomia”, “direito à autoafirmação” e “à identidade” [...] alcançar a comunidade, se isto ocorrer, poderá em breve significar perder a liberdade [...] (BAUMAN, 2003, p.10).

Vemos um elemento importante sobre os laços humanos: eles não refletem a segurança de tempos antigos. Por isso, subjetivamente torna-se compreensível a realização de sacrifícios pessoais em prol da sensação de leveza que os rumos comunitários podem fornecer. Por outro lado, a formação dos grupos comunitários também fornece as bases para a construção de “guetos”, ou seja, espaços de segregação da diferença, retroalimentando o processo de fragilidade dos laços sociais.

Por esta razão, Bauman (2009b, p.100) aponta que a comunidade é “[...] a última relíquia das antigas utopias da boa sociedade; denota o que sobra dos sonhos de uma vida melhor compartilhada por vizinhos melhores, todos seguindo melhores regras de convívio [...]” e para mantê-la, ainda

que enquanto concepção ou fantasia, será necessário o desenvolvimento de uma série de dispositivos de segurança e vigilância 24 horas “[...] para manter os estranhos fora dos muros e para caçar os vira-casacas em seu próprio meio” (BAUMAN, 2003, p.22).

Quarto ponto. Se os laços e as referências passam a ser locais e difusos, vemos uma mudança significativa na própria noção de História que ganha uma dimensão de curto prazo e uma concepção fragmentária. Ao longo do século XX, as experiências de vida foram progressivamente perdendo o sentido social já que não garantem utilidade enquanto suporte à reflexão sobre os possíveis problemas futuros.

Como bem indica Bauman (2009b, p.119), “[...] a modernidade é o tempo em que o tempo tem história”. A lógica racionalizada defendeu a ideia de que esse tempo possuía uma lógica seqüencial e, portanto, dentro dos parâmetros da ciência moderna, movida pela relação causa-efeito. “Era a rotinização do tempo que mantinha o lugar como um todo compacto e sujeito a uma lógica homogênea [...]” (BAUMAN, 2009b, p.124).

No contexto moderno, o “progresso” foi visto como possuindo uma íntima relação com o controle: seja de processos, seja de pessoas. Controlar a produção, controlar os movimentos, tornar o espaço previsível. Ao mesmo tempo, tal ideal trazia consigo a ideia de liberdade: quanto maior o saber acerca dos processos, maior o grau de manipulação dos eventos incompreensíveis da vida, o que geraria potencialmente maior liberdade.

O problema é que a novidade entendida como motor para um pretenso progresso passa a ser vista como portador de um

valor em si mesmo. Não se trata apenas de locomover-se, como também, ir rápido. Assim, “progresso” não se trata mais do fim, mas sim, do próprio processo de “progredir”, ou seja, ir em frente ainda que não se saiba muito bem para onde ir.

Aqui chegamos a um problema para uma sociedade movimentada pela ordem e previsibilidade: os sinais que indicavam a trilha parecem estar meio difusos. Por essa razão, “a marcha deve seguir adiante porque qualquer ponto de chegada não passa de uma estação temporária [...]” (BAUMAN, 1999b, p.18).

Em nosso modelo societário, a velocidade do consumo dita a velocidade da vida. Como afirma Lasch (1990, p.22), “[...] as mercadorias são produzidas para o consumo imediato [...]. Elas se desgastam mesmo quando não são utilizadas, uma vez que foram projetadas para ser ultrapassadas por ‘novos e aperfeiçoados’ produtos, modas mutáveis e inovações tecnológicas”.

A cada novo passo tem-se a sensação de que é necessário refazer o caminho de aprendizagem do processo. Construímos uma cultura do esquecimento, na qual, abandonar “[...] informações defasadas e o rápido envelhecimento de hábitos pode ser mais importante para o próximo sucesso do que a memorização de lances do passado [...]” (BAUMAN, 2007, p.9). O ritmo da velocidade é proporcional a intensidade do esquecimento, sendo a lentidão é entendida como morte social, ou seja, é esvaziada de sentido.

Quinto ponto e último ponto. O “progresso” torna-se sinônimo de dúvida e incerteza. Se as esferas do Estado, da História, dos laços sociais não podem garantir um rumo certo para

a felicidade e bem-estar a vida social, cabe então aos próprios indivíduos se responsabilizarem em resolver os dilemas gerados por circunstâncias voláteis e constantemente instáveis em que são inseridos nas relações cotidianas.

Passamos a desenvolver tecnologias para estruturar o caos, o imprevisto. Somos, então, formados subjetivamente para fugir ao incerto e a qualquer sinal, nos deparar com o medo. O nascimento da cidade moderna, dentro dessa lógica, tem como função primeira o afastamento dos traços incertos a partir da manipulação dos agentes naturalmente condicionantes daquela realidade.

Mas como nos afastar, se é próprio da realidade resistir às formalizações que a estruturam dentro de certa previsão e controle? Um dos caminhos de resposta nos aponta ao imperativo de flutuação indicado anteriormente somado agora com a questão do medo. Como aponta Bauman (2009b, p.13) “[...] os sólidos são modelados apenas uma vez. Manter a forma dos fluídos requer muitíssima atenção, vigilância constante e um esforço perpétuo...e inclusive nesse caso o êxito não é, nem muito menos, previsível”.

3. Considerações finais

O caminho percorrido neste artigo buscou pontuar algumas características referentes à sociedade contemporânea. Consideramos que tal análise é fundamental para compreendermos melhor os caminhos vivenciados pelos sujeitos na relação com o mundo e com os outros, fundamento para a constituição subjetiva. Vimos que tal contexto, pautado pela necessidade de manutenção em movimento, coloca-nos desafios para o entendimento dos

caminhos percorridos pela subjetividade humana.

Ao mesmo tempo, em contextos de fragilidade vincular, vemos como necessário o desenvolvimento da capacidade de tomar os encontros enquanto lugares de enfrentamento de uma lógica homogeneizantes, que dificulta o exercício da alteridade e das trocas elementos presentes na relação com o outro.

Considera-se assim, a construção de espaços no qual seja possível pensar os elementos por nós aqui indicados de forma a potencializar novas configurações vinculares capazes de oferecer modos do reconhecimento como sujeito a partir da inclusão e participação de outros, construindo um lugar aonde sejam discutidos questões comuns, favorecendo a reflexão analítica do mundo a nossa volta.

Dessa forma, a análise da contemporaneidade acaba por potencializar a construção de novas práticas no campo psicológico de forma a ampliar as possibilidades de atuação a partir das demandas atuais a nós endereçadas. Espera-se que assim, seja possível minimizar os efeitos nocivos de nosso modelo societário de forma a favorecer sobrevivência da própria sociedade pela construção em conjunto da arte do bem viver.

Referências:

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **Tempos Líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

_____. **Vida para Consumo: A Transformação das Pessoas em Mercadorias**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008a.

_____. **En Busca de la Política**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 2009a.

_____. **Modernidad Líquida**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica: 2009b

_____. **Amor Líquido**: Acerca de la Fragilidad de los Vínculos Humanos. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009c.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Governando a subjetividade: a constituição do sujeito infantil no RCN/EL. **Pro-Posições (Unicamp)**, Campinas (SP), v. 13, p. 163-175, 2002.

DELEUZE, Giles. **Conversaciones (1972–1990)**. Versão E-Book. Éditions de Minuit, Paris, 1995.

GALLO, Silvio. Educação: entre a subjetivação e a singularidade. **Educação, Santa Maria**, v. 35, n. 1, p. 229-244, maio/ago. 2010.

MANSANO, Sonia Regina Vargas. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 8, p. 110-117, 2009a.

_____. **Sorria, Você Está Sendo Controlado**: Resistência e Poder na Sociedade de Controle. São Paulo: Summus Editorial, 2009b.